



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

RAABE GRAZIELE SILVEIRA DO NASCIMENTO

**A INCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO
IFTO CAMPUS PALMAS**

**PALMAS – TO
2025**

RAABE GRAZIELE SILVEIRA DO NASCIMENTO

**A INCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO
IFTO CAMPUS PALMAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em
Gestão Pública, Unidade Palmas do Instituto Federal
do Tocantins como exigência à obtenção do título de
Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Professora Mestra Ana Carolina
Nogueira Falcão

**PALMAS – TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

- S587i Silveira do Nascimento, Raabe Graziele
 A INCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES COM
 DEFICIÊNCIA NO IFTO CAPUS PALMAS / Raabe Graziele Silveira do
 Nascimento. – Palmas, TO, 2025.
 22 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em
 Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
 Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2025.
- Orientadora: Ma. Ana Carolina Nogueira Falcão
1. Inclusão. 2. Ensino superior. 3. Mercado de trabalho. I. Nogueira
 Falcão, Ana Carolina. II. Título.

CDD 350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RAABE GRAZIELE SILVEIRA DO NASCIMENTO

**A INCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO
IFTO CAMPUS PALMAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
Superior de Tecnologia em Gestão Pública,
Unidade Palmas do Instituto Federal do
Tocantins como exigência á obtenção do
título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA AVALIADORA

Prof.^a Me. Ana Carolina Nogueira Falcão
Orientadora IFTO – Campus Palmas

Prof^a Me. Robleik Barbosa
Membro da Banca IFTO – Campus Palmas

Prof^a Me. Silvânia Gomes da Costa
Membro da Banca IFTO – Campus Palmas

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, elevo minha gratidão a Deus, fonte suprema de sabedoria e fortaleza, por me ter conduzido ao longo desta jornada, concedendo-me coragem, saúde e determinação para enfrentar os desafios e alcançar este momento de especial significado.

Aos mestres e professores, que generosamente compartilharam o seu saber, desafiando-me e incentivando o meu crescimento intelectual. Cada ensinamento recebido foi fundamental para a concretização deste trabalho e para a minha formação enquanto profissional. Registro aqui o meu reconhecimento pela dedicação, pelo empenho e pelo constante estímulo.

À minha família, presença firme em todos os momentos, agradeço o apoio incondicional, o amor e a compreensão demonstrados em cada etapa desta caminhada. Sem o vosso amparo, este resultado não teria sido possível.

Aos amigos, que com afeto e confiança me sustentaram nas horas de desalento e compartilharam comigo as alegrias das conquistas, deixo também o meu sincero agradecimento.

A todos quantos, de algum modo, contribuíram para que eu chegasse até aqui, expresso a mais profunda gratidão.

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior e no mercado de trabalho é um tema muito importante e que vem ganhando espaço nos últimos anos. Para entender melhor essa questão, este trabalho fará uma análise sobre os desafios e avanços na acessibilidade acadêmica, o impacto social da inclusão e as oportunidades no mercado de trabalho. A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica e em análise documental para que se possa ter compreensão ampla sobre o tema, possibilitando futuras investigações empíricas que possam aprofundar o debate. Entrar em uma faculdade é um grande passo na vida de qualquer pessoa, mas, para estudantes com deficiência, essa caminhada pode ser cheia de obstáculos. Segundo a pesquisadora Mantoan (2019), muitas universidades ainda não oferecem estrutura adequada, como rampas, materiais acessíveis e atendimento especializado. Além disso, há desafios como a falta de professores preparados para atender às necessidades desses alunos.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino superior. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities in higher education and the job market is a very important topic that has been gaining ground in recent years. To better understand this issue, this paper will analyze the challenges and advances in academic accessibility, the social impact of inclusion, and opportunities in the job market. The research is based on a bibliographic review and documentary analysis to provide a broad understanding of the topic, enabling future empirical investigations that can deepen the debate. Entering college is a big step in anyone's life, but for students with disabilities, this journey can be full of obstacles. According to researcher Mantoan (2019), many universities still do not offer adequate infrastructure, such as ramps, accessible materials, and specialized services. In addition, there are challenges such as the lack of teachers prepared to meet the needs of these students.

Keywords: Inclusion. Higher education. Labor market.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DESENVOLVIMENTO	11
2.1 A inclusão de Alunos com deficiência no IFTO Campus Palmas.....	12
2.2 Educação Inclusiva	13
2.3 A Inclusão de Estudantes com Deficiência na Área Econômica.....	15
2.4 Políticas Públicas	16
2.5 A Inclusão de Estudantes com Deficiência e seu Impacto Social.....	17
3. METODOLOGIA	19
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

A inclusão no ensino superior tem sido cada vez mais falada, principalmente quando se trata de estudantes com deficiência. A verdade é que, ao longo dos anos, a educação especial até que deu uma melhorada, e isso ajudou muita gente com deficiência a chegar mais longe nos estudos. A luta dos movimentos sociais fez com que leis importantes fossem aprovadas, como a das cotas nas universidades. E, com o tempo, mais jovens com deficiência têm conseguido entrar na faculdade, graças às políticas públicas, à maior consciência da sociedade e também à tecnologia que tem dado uma força.

Mas a caminhada não para por aí. Ter uma lei é um bom começo, mas ainda falta muito em termos de acessibilidade nas faculdades – desde rampas, elevadores, até materiais adaptados e profissionais preparados para dar o suporte certo. E mais do que isso, é preciso criar um ambiente de respeito, onde cada um se sinta bem-vindo e compreendido. Apesar de tudo, é bom ver que as coisas estão a mudar. Ainda há desafios, sim, mas também há muita força de vontade, luta e conquistas. A gente vai construindo esse caminho passo a passo, juntos.

Por um lado, é mesmo bom ver que cada vez mais estudantes com deficiência conseguem ultrapassar o básico e o secundário e chegar ao ensino superior. Isso mostra que as políticas de acessibilidade e os direitos na educação estão finalmente a dar frutos. Hoje em dia, tecnologias como leitores de ecrã, intérpretes de Língua Gestual e até mudanças na estrutura dos edifícios estão a ajudar muita gente a seguir os seus sonhos.

Mas a verdade é que ainda há muitos obstáculos. Nem todas as universidades estão preparadas para receber estes alunos. Há lugares sem rampas, sem elevadores, sem casas de banho adaptadas... e isso complica logo o acesso. Para além disso, ainda há muito material que não está adaptado, professores que não têm formação adequada e, pior ainda, o preconceito que continua a ser uma barreira invisível, mas real.

E temos de lembrar que inclusão não é só ter uma rampa ou um intérprete – é também criar um ambiente onde toda a gente se sinta bem-vinda, onde a diferença seja respeitada e valorizada. Onde os estudantes com deficiência possam, de verdade, fazer parte da vida académica como qualquer outro colega. (Sasaki, R. K. Inclusão, 2020)

O ensino superior é um espaço que deveria ser para todos, e atender à demanda dos estudantes com deficiência é um passo essencial para construir uma sociedade mais justa inclusiva. Quando

investimos em inclusão, não estamos apenas garantindo direitos, mas também promovendo inovação, diversidade de ideias e a construção de um futuro melhor para todos. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior é uma questão de equidade e respeito aos direitos de todos. Durante muito tempo, essas pessoas enfrentaram barreiras que limitam suas oportunidades de crescimento e realização pessoal. No entanto, vivemos num momento em que a igualdade de acesso à educação é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. Garantir que todos possam ingressar e permanecer com um bom estudo de qualidade (MANTOAN, M. T. E. 2019).

Além disso, a inclusão no ambiente universitário beneficia toda a comunidade acadêmica. A presença de estudantes com deficiência amplia perspectivas, estimula o respeito às diferenças e contribui para a formação de profissionais mais preparados para a diversidade do mundo real. Isso fortalece tanto a experiência estudantil quanto o mercado de trabalho, que passa a receber pessoas com deficiência para uma organização ou um setor público. Para que essa inclusão seja eficaz, é essencial investir em acessibilidade, capacitação de professores e políticas educacionais que eliminem barreiras. Não se trata apenas de responder a uma necessidade crescente, mas de construir um ensino superior que realmente contemple a diversidade. Afinal, todas as pessoas ganham a oportunidade de alcançar seus objetivos, e promover a inclusão é um compromisso com a igualdade e igualdade (MANTOAN, M. T. E. 2019).

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior não é apenas uma questão de equidade, mas também de desenvolvimento social e respeito aos direitos humanos. Durante décadas, essas pessoas enfrentaram obstáculos que dificultaram o acesso à educação e limitaram suas oportunidades de crescimento. No entanto, vivemos numa era em que a educação deve ser acessível a todos, independentemente das suas condições. Criar oportunidades igualitárias no ensino superior é essencial (MANTOAN, M. T. E. 2019).

Além disso, a inclusão não beneficia apenas os estudantes com deficiência, mas toda a comunidade acadêmica. A convivência com a diversidade estimula novas formas de pensamento, incentiva o respeito às diferenças e contribui para a formação de profissionais mais preparados para os desafios do mundo contemporâneo. A troca de experiências entre alunos com e sem deficiência enriquece o ambiente universitário e amplia a inclusão. A inclusão de Alunos com deficiência no IFTO Campus Palmas (IFTO, 2019).

O Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Campus Palmas, desenvolve diversas ações para garantir a inclusão de alunos com deficiência e proporcionar um ambiente educacional mais

acessível e igualitário. Dentre as principais iniciativas, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que oferece suporte pedagógico individualizado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (IFTO, 2019).

Além do suporte pedagógico, o campus realizou eventos voltados à inclusão, como o I Simpósio de Educação Inclusiva, ocorrido em fevereiro de 2024. Esse evento reuniu cerca de 200 participantes, incluindo professores e estudantes, para debater temas como práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência no ensino superior. Durante o simpósio, foram discutidas estratégias para melhorar a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos (IFTO, 2019).

O IFTO Campus Palmas também promove atividades de conscientização e acessibilidade, incluindo parcerias com instituições como a APAE, que permitem trocas de experiências e a construção de uma educação mais inclusiva. Além disso, há um compromisso contínuo com a adequação da infraestrutura do campus, eliminando barreiras físicas e garantindo que todos os alunos possam acessar as vagas de ensino sem dificuldades. Essas ações refletem o esforço da instituição em garantir um ensino de qualidade para todos, independentemente das limitações individuais, promovendo a inclusão e a equidade no ambiente acadêmico.

O Instituto Federal do Tocantins (IFTO), especialmente no Campus Palmas, tem demonstrado um compromisso contínuo com a inclusão de estudantes com deficiência, implementando diversas ações para garantir um ambiente educacional acessível e equitativo. Em 2019, o Campus Palmas registrou uma alta de matrícula de forma expressiva com necessidades específicas, elevando o nível de estudantes atendidos pela instituição. Esses alunos estão distribuídos em diversos cursos, incluindo o Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio em Agronegócios, Mecatrônica e Eventos, além de cursos superiores como Engenharia Agrônômica e Letras, e no Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) (IFTO, 2019).

Para apoiar esses estudantes, o campus conta com a Coordenação de Educação Inclusiva e Diversidade (CEID), que assessora no planejamento e implementação de políticas educacionais inclusivas. A CEID supervisiona núcleos como o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que acompanha a vida escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (IFTO, 2019).

Além disso, o campus promove capacitações para seus servidores, abordando adaptações curriculares e metodologias alternativas para estudantes com necessidades específicas, como

surdos, cegos, autistas e aqueles com paralisia cerebral. Essas iniciativas visam preparar os professores para atender às demandas desses alunos de forma eficaz e inclusiva. Eventos como o "I Simpósio de Educação Inclusiva", realizado no auditório do IFTO Campus Palmas, abordam questões educacionais e direitos das pessoas com deficiência, sensibilizando a comunidade acadêmica e local sobre a importância da inclusão (IFTO, 2019).

Essas ações refletem o compromisso do IFTO Campus Palmas em promover uma educação inclusiva, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade, independentemente de suas necessidades específicas. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior tem sido amplamente discutida nas últimas décadas, impulsionada por avanços legais, mudanças nas políticas acadêmicas e um movimento crescente em prol da acessibilidade. Para compreender este tema, é fundamental analisar os conceitos de educação inclusiva, as diretrizes legais, os modelos de gestão acadêmica voltados para a acessibilidade e os desafios e oportunidades que emergem no contexto universitário (IFTO, 2019).

2. DESENVOLVIMENTO

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior enfrenta uma série de problemas que precisam ser resolvidos para que se possa garantir uma educação realmente acessível e igualitária. Muitas universidades ainda não possuem rampas, elevadores, banheiros adaptados ou sinalizações acessíveis. Isso dificulta ou até impede o acesso físico de estudantes com deficiência, especialmente os cadeirantes.

A ausência de recursos como livros em braile, audiolivros, legendas em vídeos, intérpretes de Libras e softwares de acessibilidade limita o aprendizado de estudantes com deficiência visual, auditiva ou cognitiva. Poucos professores e funcionários estão preparados para lidar com a diversidade de necessidades desses alunos. Falta de capacitação para utilizar tecnologias assistidas.

Muitos estudantes com deficiência enfrentam preconceitos, falta de compreensão e exclusão no ambiente universitário. Isso não apenas dificulta sua integração, mas também prejudica sua experiência e desempenho acadêmico. Muitas vezes, o processo para solicitar recursos ou adaptações, como intérpretes ou equipamentos, é demorado e complexo, o que desestimula ou atrasa o aprendizado dos estudantes.

Estudantes com deficiência podem ter gastos adicionais com transporte adaptado, equipamentos ou assistência pessoal, e nem sempre as bolsas ou auxílios oferecidos pelas instituições cobrem essas despesas. Em regiões menos complicadas, as universidades enfrentam ainda mais dificuldades para oferecer condições adequadas de acessibilidade, deixando muitos estudantes com deficiência sem alternativas. Ainda há pouca discussão sobre inclusão no ensino superior, e muitos investidores e políticas institucionais não priorizam essa qualificação.

Com base nestes problemas abordados, e com sequencia a proposta, temos uma questão chave a ser apresentada: Quais são os principais proposta para beneficiar os estudantes em seu local acadêmico e os benefícios e desafios apresentados no IFTO de 2020 à 2024?

Este trabaho teve como objetivos geral analisar os desafios e as estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior no Campus Palmas.E, como objetivos específicos: identificar as principais barreiras enfrentadas por alunos com deficiência no Campus Palmas; avaliar políticas e programas de acessibilidade implementados nas instituições de ensino superior; e verificar estratégias de gestão acadêmica para melhorar a inclusão e permanência desses estudantes.

2.1 A inclusão de Alunos com deficiência no IFTO Campus Palmas

O Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Campus Palmas, desenvolve diversas ações para garantir a inclusão de alunos com deficiência e proporcionar um ambiente educacional mais acessível e igualitário. Dentre as principais iniciativas, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que oferece suporte pedagógico individualizado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Além do suporte pedagógico, o campus realizou eventos voltados à inclusão, como o I Simpósio de Educação Inclusiva, ocorrido em fevereiro de 2024. Esse evento reuniu cerca de 200 participantes, incluindo professores e estudantes, para debater temas como práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência no ensino superior. Durante o simpósio, foram discutidas estratégias para melhorar a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos. (IFTO, 03 dezembro 2019)

O IFTO Campus Palmas também promove atividades de conscientização e acessibilidade, incluindo parcerias com instituições como a APAE, que permitem trocas de experiências e a construção de uma educação mais inclusiva. Além disso, há um compromisso contínuo com a adequação da infraestrutura do campus, eliminando barreiras físicas e garantindo que todos os alunos possam acessar as vagas de ensino sem dificuldades.

Essas ações refletem o esforço da instituição em garantir um ensino de qualidade para todos, independentemente das limitações individuais, promovendo a inclusão e a equidade no ambiente acadêmico.

O Instituto Federal do Tocantins (IFTO), especialmente no Campus Palmas, tem demonstrado um compromisso contínuo com a inclusão de estudantes com deficiência, implementando diversas ações para garantir um ambiente educacional acessível e equitativo.

Em 2019, o Campus Palmas registrou uma taxa de matrícula de forma expressiva com necessidades específicas, elevando o nível de estudantes atendidos pela instituição. Esses alunos estão distribuídos em diversos cursos, incluindo o Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio em Agronegócios, Mecatrônica e Eventos, além de cursos superiores como Engenharia Agrônoma e Letras, e no Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Para apoiar esses estudantes, o campus conta com a Coordenação de Educação Inclusiva e Diversidade (CEID), que assessora no planejamento e implementação de políticas educacionais inclusivas. A CEID supervisiona núcleos como o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades

Educacionais Especiais (NAPNE), que acompanha a vida escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Além disso, o campus promove capacitações para seus servidores, abordando adaptações curriculares e metodologias alternativas para estudantes com necessidades específicas, como surdos, cegos, autistas e aqueles com paralisia cerebral. Essas iniciativas visam preparar os professores para atender às demandas desses alunos de forma eficaz e inclusiva.

Eventos como o "I Simpósio de Educação Inclusiva", realizado no auditório do IFTO Campus Palmas, abordam questões educacionais e direitos das pessoas com deficiência, sensibilizando a comunidade acadêmica e local sobre a importância da inclusão.(IFTO, 03 dezembro 2019).

Essas ações refletem o compromisso do IFTO Campus Palmas em promover uma educação inclusiva, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade, independentemente de suas necessidades específicas.

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior tem sido amplamente discutida nas últimas décadas, impulsionada por avanços legais, mudanças nas políticas acadêmicas e um movimento crescente em prol da acessibilidade. Para compreender este tema, é fundamental analisar os conceitos de educação inclusiva, as diretrizes legais, os modelos de gestão acadêmica voltados para a acessibilidade e os desafios e oportunidades que emergem no contexto universitário.

2.2 Educação Inclusiva

A educação inclusiva tem como princípio garantir que todas as pessoas tenham acesso equitativo ao aprendizado, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Segundo a UNESCO (2017), a inclusão educacional não se limita à presença dos alunos com deficiência no ambiente acadêmico, mas requer mudanças estruturais, pedagógicas e institucionais que assegurem sua participação plena e efetiva. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2015) estabelece diretrizes para que as instituições de ensino promovam acessibilidade e adaptação curricular, assegurando igualdade de oportunidades. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a obrigatoriedade da acessibilidade arquitetônica, comunicacional e

pedagógica nas universidades, garantindo suporte para estudantes com deficiência.

O marco legal da inclusão educacional no Brasil também se sustenta na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Pessoa com Deficiência e no Decreto nº 7.611/2011, que estabelecem princípios para a criação de um ensino superior mais acessível. No âmbito internacional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) destaca a educação inclusiva como um direito fundamental e recomenda a adoção de políticas que eliminem barreiras no ensino superior.

No entanto, a inclusão efetiva no ensino superior exige mais do que legislação: é necessário que as universidades adotem políticas institucionais que garantam não apenas o ingresso, mas também a permanência dos alunos com deficiência. De acordo com Mantoan (2019), a acessibilidade deve ser vista como uma mudança estrutural na forma como as universidades lidam com a diversidade, indo além da adaptação de espaços físicos e incorporando práticas pedagógicas que respeitem as diferenças.

Para que essa transformação ocorra, é necessário investir na formação continuada de professores e na implementação de recursos de acessibilidade. Segundo Omote e Martins (2020), algumas das principais estratégias adotadas pelas universidades incluem a criação de núcleos de acessibilidade, o desenvolvimento de programas de capacitação docente, o uso de tecnologia assistiva e a adaptação arquitetônica de espaços acadêmicos. Além disso, a acessibilidade digital tem se tornado um elemento essencial na inclusão educacional, especialmente com a expansão do ensino remoto e híbrido (Mecenas e Damázio, 2018).

Apesar desses avanços, a inclusão no ensino superior ainda enfrenta desafios significativos. Conforme aponta Sasaki (2020), muitas universidades brasileiras não estão completamente preparadas para atender estudantes com deficiência devido à falta de infraestrutura adequada e à escassez de profissionais capacitados.

Entre os principais entraves destacados por Mendes e Mendes (2021), estão a ausência de professores preparados para adaptar os conteúdos e metodologias, a precariedade na infraestrutura física das universidades e a falta de materiais didáticos acessíveis. Além disso, o preconceito e a desinformação ainda representam barreiras invisíveis que dificultam a participação plena desses alunos na vida acadêmica.

Por outro lado, diversas pesquisas demonstram que a inclusão educacional pode trazer benefícios para toda a comunidade acadêmica. A presença de estudantes com deficiência amplia as perspectivas sobre diversidade, promove o respeito às diferenças e prepara os futuros profissionais para um mercado de trabalho mais inclusivo (Schwartzman *et al.*, 2022).

Além disso, metodologias inovadoras, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), têm se mostrado eficazes na adaptação de práticas pedagógicas para atender a diferentes perfis de estudantes (Cast, 2018)

A inclusão no ensino superior não deve ser encarada apenas como uma exigência legal, mas como um compromisso social e educacional com a equidade. Embora existam desafios a serem superados, as políticas de acessibilidade e as boas práticas institucionais têm desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão. Investir em educação inclusiva significa garantir que todos os estudantes tenham oportunidades iguais para desenvolver seu potencial e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inovadora e diversa.(Cast, 2018).

2.3 A Inclusão de Estudantes com Deficiência na Área Econômica

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior tem sido um tema amplamente discutido, mas quando se trata de áreas como a economia, ainda há desafios a serem superados. A formação acadêmica nessa área exige habilidades analíticas, domínio matemático e acesso a ferramentas tecnológicas, fatores que podem se tornar barreiras caso não haja suporte adequado. Além disso, a transição para o mercado de trabalho também apresenta dificuldades, visto que a acessibilidade em cargos estratégicos na economia ainda é limitada.(Omote, S.; Martins, M. 2020)

No ambiente acadêmico, um dos principais obstáculos enfrentados pelos estudantes com deficiência é a falta de materiais acessíveis. Muitos livros e artigos acadêmicos essenciais para o estudo da economia não possuem versões em formatos adaptados, como Braille, audiobooks ou arquivos digitais compatíveis com softwares de leitura de tela. Além disso, o uso intensivo de gráficos, tabelas e fórmulas matemáticas pode dificultar o aprendizado para pessoas com deficiência visual caso não haja ferramentas adequadas para interpretação desse conteúdo. A formação de professores também se mostra um desafio, pois nem todos estão capacitados para adotar metodologias inclusivas que garantam a participação plena desses alunos. Segundo Mantoan (2019), a inclusão no ensino superior vai além da acessibilidade física, sendo necessário um esforço institucional para adaptar conteúdos e metodologias de ensino (MANTOAN, M. T. E; 2029).

Além do contexto educacional, a inclusão de profissionais com deficiência no setor econômico ainda encontra barreiras. Muitas empresas relutam em contratar essas pessoas para cargos analíticos e estratégicos, sob a falsa percepção de que elas não possuem as habilidades necessárias para atuar na área. Segundo Sasaki (2020), o preconceito e a falta de acessibilidade digital em softwares financeiros e plataformas de análise de dados são fatores que limitam a participação desses profissionais no mercado de trabalho. Ferramentas essenciais para a economia, como planilhas avançadas e sistemas bancários, nem sempre são compatíveis com tecnologias assistivas, o que pode dificultar a autonomia dos trabalhadores com deficiência.(Sasaki, 2020).

Por outro lado, existem iniciativas que buscam reverter esse cenário. Algumas universidades vêm investindo na criação de núcleos de acessibilidade e na adaptação de materiais didáticos para atender às necessidades de estudantes com deficiência. Além disso, a tecnologia assistiva tem avançado, permitindo que softwares especializados auxiliem na leitura de gráficos e no processamento de dados de maneira mais acessível. No mercado de trabalho, empresas que adotam políticas de inclusão têm percebido os benefícios da diversidade, promovendo capacitação interna e garantindo adaptações tecnológicas para que profissionais com deficiência possam desempenhar suas funções de forma eficaz. (Schwartzman, S. 2022).

2.4 Políticas Públicas

As políticas públicas também desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão. No Brasil, a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (Lei nº 8.213/1991) exige que empresas com mais de 100 funcionários destinem parte de suas vagas para esses profissionais, incentivando a inserção no mercado formal. Além disso, programas de incentivo fiscal têm sido criados para estimular empresas a investirem na adaptação de ambientes e na contratação de trabalhadores com deficiência. No âmbito acadêmico, algumas universidades têm implementado programas de mentoria e tutoria especializada, garantindo que esses estudantes tenham suporte durante sua formação e ampliem suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho (Schwartzman *et al.*, 2022).

Diante desse cenário, fica evidente que a inclusão de estudantes com deficiência na área econômica ainda enfrenta desafios significativos, mas também apresenta oportunidades. O avanço das tecnologias assistivas, a capacitação docente e o fortalecimento das políticas públicas são elementos essenciais para garantir que esses estudantes tenham acesso a uma formação de

qualidade e possam atuar no mercado de trabalho em condições de igualdade. Promover a inclusão não é apenas um compromisso social, mas uma estratégia que contribui para a inovação e o crescimento econômico, valorizando a diversidade e ampliando as perspectivas profissionais de todos os cidadãos (SCHWARTZMAN *et al.*, 2022).

2.5 A Inclusão de Estudantes com Deficiência e seu Impacto Social

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior é um fator essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Quando esses alunos têm acesso garantido à educação, a sociedade como um todo se beneficia, pois a diversidade no ambiente acadêmico contribui para a redução do preconceito, a valorização das diferenças e a ampliação das oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, apesar dos avanços legislativos e institucionais, ainda há desafios a serem superados para garantir uma inclusão efetiva. O direito à educação inclusiva está assegurado por diversas normativas nacionais e internacionais (Brasília, planalto, 1991).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garantem que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades no ensino superior, eliminando barreiras físicas, pedagógicas e sociais. Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) reforça que a educação inclusiva é um direito fundamental, sendo responsabilidade dos governos e instituições criar condições para a participação plena desses estudantes.

A presença de estudantes com deficiência nas universidades tem um impacto significativo na transformação social. O convívio diário entre alunos com e sem deficiência contribui para o fortalecimento de uma cultura mais inclusiva, reduzindo preconceitos e promovendo empatia. Segundo Sassaki (2020), o contato direto com a diversidade leva à desconstrução de estereótipos e à compreensão de que a deficiência não deve ser vista como uma limitação, mas sim como uma característica que demanda adaptações para garantir a equidade. (Sassaki, 2020).

Além do impacto acadêmico, a inclusão no ensino superior também reflete diretamente no mercado de trabalho. A formação universitária possibilita que pessoas com deficiência adquiram qualificações e ocupem posições de destaque em diversas áreas profissionais. No entanto, ainda há desafios significativos na inserção desses profissionais no mercado. De acordo

com Schwartzman et al. (2022), muitas empresas mantêm uma visão limitada sobre a capacidade produtiva de trabalhadores com deficiência, o que dificulta sua contratação e ascensão profissional.

Para combater essas barreiras, políticas públicas como a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) têm sido fundamentais. Essa legislação exige que empresas de médio e grande porte destinem um percentual de suas vagas para pessoas com deficiência, garantindo maior inclusão no ambiente corporativo. No entanto, a efetividade dessas políticas depende não apenas do cumprimento da lei, mas também de um esforço contínuo para promover a acessibilidade no ambiente de trabalho e a valorização da diversidade dentro das organizações (SCHWARTZMAN *et al.*, 2022).

Mesmo com os avanços conquistados, a inclusão plena de estudantes com deficiência ainda enfrenta desafios estruturais. A falta de infraestrutura adequada em muitas universidades, a ausência de materiais didáticos acessíveis e a falta de capacitação docente para lidar com diferentes perfis de alunos são obstáculos que precisam ser superados. Além disso, o preconceito e a discriminação, muitas vezes sutis, podem impactar negativamente a permanência desses estudantes no ensino superior (SASSAKI, R. K, 2020).

Para garantir uma inclusão efetiva, é fundamental que haja um esforço conjunto entre governo, instituições de ensino, empresas e sociedade civil. O investimento em acessibilidade, tecnologia assistiva e formação docente são medidas essenciais para transformar a educação em um espaço verdadeiramente inclusivo. Quando promovemos a inclusão, não estamos apenas garantindo direitos, mas também fortalecendo uma sociedade mais inovadora, justa e preparada para lidar com a diversidade de maneira positiva e produtiva (SASSAKI, R. K, 2020).

Dessa forma, a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma estratégia essencial para o desenvolvimento social. Ao garantir que todas as pessoas tenham acesso à educação e ao mercado de trabalho, contribuímos para a construção de um futuro mais igualitário, onde a diversidade é reconhecida como um valor fundamental para o crescimento coletivo (MENDES, E.; MENDES, 2021).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, com foco em seus impactos sociais, desafios estruturais e oportunidades no mercado de trabalho. Para isso, será adotada uma abordagem Qualitativa e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, a fim de compreender as políticas públicas, práticas institucionais e percepções sociais sobre o tema.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, uma vez que busca compreender fenômenos sociais a partir da análise de documentos, legislações e produções acadêmicas sobre inclusão educacional. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa permite a interpretação aprofundada de aspectos subjetivos e contextuais que envolvem determinado fenômeno, sendo adequada para o estudo da inclusão de estudantes com deficiência e suas implicações no ensino superior.

A coleta de dados será realizada por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando fontes acadêmicas reconhecidas, como livros, artigos científicos e documentos institucionais. Segundo Marconi e Lakatos (2017), a revisão bibliográfica possibilita um aprofundamento teórico sobre o tema, permitindo a análise crítica de diferentes perspectivas e a identificação de lacunas no conhecimento.

Dentre as fontes utilizadas, destacam-se os estudos de Mantoan (2019), que abordam a importância da educação inclusiva e os desafios enfrentados no ambiente acadêmico, e Sassaki (2020), que discute os impactos sociais da inclusão e as barreiras no mercado de trabalho.

Além disso, serão analisadas políticas públicas voltadas para a acessibilidade, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (Lei nº 8.213/1991), que estabelecem diretrizes para a inserção dessas pessoas tanto no ensino superior quanto no mercado profissional.

A pesquisa também se baseará em documentos de organismos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) e o Relatório Global sobre Educação Inclusiva da UNESCO (2017), que trazem diretrizes sobre inclusão educacional e suas implicações globais.

Os dados coletados serão analisados por meio de uma abordagem interpretativa, buscando identificar padrões e tendências relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência no ensino

superior e no mercado de trabalho.

Segundo Bardin (2016), a análise qualitativa e descritiva de dados permite a categorização de informações e a construção de um panorama amplo sobre o tema pesquisado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior representa um dos grandes desafios contemporâneos no campo da educação e dos direitos humanos. Esta pesquisa, com abordagem qualitativa e descritiva, permitiu compreender, a partir de uma análise documental e bibliográfica, os impactos sociais, as barreiras estruturais e as oportunidades profissionais associadas a esse processo. Conforme destacam Gil (2019) e Bardin (2016), a metodologia adotada favoreceu uma análise interpretativa aprofundada, permitindo mapear os avanços, mas também as lacunas que ainda persistem no cenário acadêmico e social.

O estudo evidenciou que, embora haja avanços significativos, especialmente após a promulgação de legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991), muitos desafios permanecem. Barreiras físicas, falta de formação docente, carência de materiais adaptados e preconceitos sociais continuam a limitar a plena inclusão desses estudantes. Autores como Mantoan (2019) e Sassaki (2020) reforçam a ideia de que a verdadeira inclusão vai além da acessibilidade física e exige a construção de um ambiente universitário acolhedor, equitativo e plural.

O caso do IFTO – Campus Palmas ilustra boas práticas institucionais que têm contribuído para uma maior integração dos estudantes com deficiência. Iniciativas como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a promoção de eventos de sensibilização e a capacitação de professores demonstram que é possível avançar, desde que haja compromisso político, pedagógico e estrutural.

Além do impacto direto na vida dos estudantes com deficiência, a inclusão também beneficia toda a comunidade acadêmica, promovendo diversidade, inovação e uma preparação mais efetiva para o mundo do trabalho. A presença de diferentes perfis de estudantes enriquece o ambiente universitário, amplia horizontes e estimula a empatia e a colaboração.

Conclui-se, portanto, que a inclusão no ensino superior é mais do que uma exigência legal: é uma necessidade ética e social. A construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva exige o fortalecimento de políticas públicas, o envolvimento das instituições de ensino, a sensibilização da sociedade e a valorização da diferença como parte integrante da experiência educativa. Ao garantir que todos tenham acesso e permanência com qualidade no ensino superior, estamos a dar um passo decisivo na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

CAST. Universal Design for Learning Guidelines. 2018. Disponível em: <http://www.cast.org>.

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE (CEID). Apresentação. Disponível em: <https://portal.ifto.edu.br/palmas/campus-palmas/assuntos-estudantis/educacao-inclusiva/apresentacao>.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Cortez, 2019.

MECENAS, L.; DAMÁZIO, M. Acessibilidade digital no ensino superior. Revista de Educação Inclusiva, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2018.

MENDES, E.; MENDES, R. Desafios da educação inclusiva no ensino superior brasileiro. Educação e Sociedade, v. 42, n. 4, p. 85-100, 2021.

OMOTE, S.; MARTINS, M. Educação inclusiva e desafios na formação docente. Revista Brasileira de Educação, v. 25, p. 1-18, 2020.

ONU. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Nova York, 2006.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2020.

SCHWARTZMAN, S. et al. Mentoria inclusiva e permanência no ensino superior. Educação e Pesquisa, v. 48, p. 55-72, 2022.

SERVIDORES PARTICIPAM DE CAPACITAÇÃO; CAMPUS PALMAS RECEBEU SETE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS EM 2019. Disponível em: <https://portal.ifto.edu.br/noticias/servidores-participam-de-capacitacao-campus-palmas-recebeu-sete-estudantes-com-necessidades-especificas-em-2019-1>.

UNESCO. Relatório global sobre educação inclusiva. Paris: UNESCO, 2017. I Simpósio de Educação Inclusiva debate questões educacionais e direitos das pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/i-simposio-de-educacao-inclusiva-debate-questoes-educacionais-e-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>.